

“INSURREIÇÃO DO QUEIMADO”

140 anos do pioneirismo de Afonso Cláudio
no livro-reportagem nacional

JOSÉ ANTONIO MARTINUZZO

“INSURREIÇÃO DO QUEIMADO”

140 anos do pioneirismo de Afonso Cláudio
no livro-reportagem nacional



Copyright © José Antonio Martinuzzo, 2023
Todos os direitos reservados.

Revisão

Amanda Meschiatti, Heryck Sangalli

Projeto gráfico e diagramação

Amanda Meschiatti, Heryck Sangalli

Imagem de capa

Allan Ost, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Foto do autor

Monica Zorzaneli

Projeto Comunicação Capixaba – CoCa – UFES

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Martinuzzo, José Antonio

“Insurreição do Queimado”: 140 anos do pioneirismo de Afonso Cláudio no livro-reportagem nacional / José Antonio Martinuzzo.
-- 1. ed. -- Vitória, ES : GSA, 2023.

Bibliografia.

ISBN 978-65-00-71379-4

1. Claudio, Afonso, 1859-1934. 2. Brasil - História - Insurreição de Queimado, 1849. 3. Espírito Santo (Estado) - História - Século 19. 4. Espírito Santo - Insurreição - História. 5. Escravos - Queimado (Serra, ES) - Insurreições, etc. 6. Jornalismo. 7. Livro-reportagem 8. Queimado (Serra, ES) - História I. Título.

23-159350

CDD-070.433

Índices para catálogo sistemático:

1. Livro-reportagem : Jornalismo 070.433

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Sumário

Introdução, 7

Capítulo 1 – A forja antiescravista e republicana, 14

Capítulo 2 – 140 anos de “Insurreição do Queimado”, 27

Capítulo 3 – Jornalista e pioneiro no livro-reportagem, 67

Posfácio – “Lugares de memória”, 87

Referências bibliográficas, 96

INTRODUÇÃO



Neste novembro de 2023, entramos no ano do 140º aniversário do livro “Insurreição do Queimado – Episódio da História da Província do Espírito Santo”, vindo à luz no mesmo mês de 1884, conforme apresentação assinada pelo autor, Afonso Cláudio de Freitas Rosa, intitulada “À paciência alheia...”.

“Tão logo terminou seu curso de Direito em 1883, Afonso Cláudio retornou ao Espírito Santo. Em novembro de 1884, deu por concluída a Insurreição do Queimado. Tinha então 25 anos”, pontua Luiz Guilherme Santos Neves, na Apresentação da histórica edição do livro, lançada em 1979 sob os auspícios da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Concomitantemente à efeméride, pensamos este livro, uma publicação a celebrar um livro que é, a um só tempo, ícone e expressão inequívoca do vanguardismo de Afonso Cláudio em duas frentes: a luta antiescravista e republicana nas terras capixabas e, acima de tudo, o pioneirismo no campo do Jornalismo.

Considerado um dos “pais” do republicanismo espírito-santense, o autor publicou “Insurreição do Queimado” ainda na vigência do escravagismo. Marco da historiografia capixaba, aqui se defende a hipótese de que se trata do texto inaugural no gênero livro-reportagem no Brasil, antes mesmo daquele considerado

pelas pesquisas por ora efetivadas como o pioneiro, “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, lançado em 1902.

Sumariamente, a “insurreição” ocorrida na localidade de Queimado, atualmente, distrito do município da Serra, na Região Metropolitana de Vitória, foi uma histórica revolta envolvendo cerca de 200 escravizados, sufocada pelas forças imperiais em dois dias.

A rebelião eclodiu em 19 de março de 1849, mediante a frustrada alforria prometida aos escravizados em troca da construção da Igreja de São José, inaugurada nessa data, após quase quatro anos de obras. Perseguições, assassinatos, condenações à morte e a suplícios públicos, entre outras trágicas imputações aos envolvidos, marcaram o desfecho da insurreição.

Também autor de clássicos nas áreas de direito, folclore, literatura, ciências sociais, Afonso Cláudio foi advogado, magistrado, jornalista, escritor, professor, primeiro presidente do Estado do Espírito Santo – aos 30 anos –, desembargador (1891-1920), presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo. Na Academia Espírito-Santense de Letras, foi o primeiro ocupante da Cadeira Número 1, e patrono da Cadeira Número 27.

Nascido em 02 de agosto de 1859, na Fazenda Mangará, no então município de Porto de Cachoeiro de

Santa Leopoldina, Afonso Cláudio foi batizado, em 09 de outubro de 1859, exatamente na Igreja de São José do Queimado, templo cuja construção está no epicentro da revolta que retrata em seu livro inaugural (VIEIRA, 2009, p. 29).

Para dar curso aos nossos objetivos, este livro está dividido em três capítulos. No primeiro, com vistas à contextualização da discussão proposta, temos a formação e a atuação de Afonso Cláudio, liderança em múltiplos campos, forjada a partir da luta antiescravista e republicana. Descrevem-se também aspectos gerais do escravismo em terras capixabas.

No segundo capítulo, ampliamos a contingência da revolta e apresentamos o memorável livro de Afonso Cláudio. A partir de uma seleção de trechos da publicação original, retraçamos o percurso da insurreição e seus desdobramentos.

O recurso à literalidade, além de visar a uma homenagem a este personagem ímpar da história espírito-santense, busca aproximar o público contemporâneo de um texto corajoso e inovador, ensejando mesmo um convite à leitura na fonte.

Vale salientar que a base deste trabalho é a edição já citada, patrocinada pela UFES. Ímpar, ela traz apresentação e notas de Luiz Guilherme Santos Neves, além de

uma relação de documentos relativos à insurreição e ao livro existentes no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, elaborada por Fernando Achiamé. Trata-se de adendos valiosíssimos, incluindo os nomes dos insurretos, que enriquecem e dignificam a obra oitocentista.

O Afonso Cláudio jornalista e pioneiro no que se definiria décadas depois como o gênero livro-reportagem – como aqui se defende – inspira o terceiro capítulo. Aqui, reunimos nossos estudos e argumentações para sustentar a hipótese de que “Insurreição do Queimado” é vanguardista nacional no seu segmento jornalístico.

Enfim, aos 140 anos de surgimento da obra, o livro busca ressaltar a singularidade da investigação de Afonso Cláudio, destacando sua relevância em diversas frentes, da luta humanística e republicana contra a escravidão, passando pelos campos histórico e sociológico-antropológico capixaba, à seara do jornalismo.

Na questão do escravismo, “Insurreição do Queimado”, publicado originalmente no jornal *A Província do Espírito Santo*, registra um dos episódios mais determinantes contra a escravidão, produz um “lugar de memória” endereçado ao futuro como forma de debate de tragédias da trajetória histórica e fixa-se mesmo como um libelo contra o horror do cativo, um fato tão irrecorrível quanto vergonhoso da caminhada nacional.

No jornalismo, por ora, pode-se afirmar que se trata do primeiro livro-reportagem escrito no Brasil, a partir das terras capixabas. E isso num tempo em que o jornalismo moderno ainda apenas firmava suas bases planetárias, focando sua pauta em fatos de relevância sociopolítica, econômica e cultural, investigações, busca de provas complementares, personagens e contextualizações factuais que localizam ocorrências na cena geral da vida.

Leon Tolstói escreveu que, apesar de tudo, de todas as atrocidades, “o lugar que ocupamos é menos importante do que aquele para o qual nos dirigimos”. Como não reconhecer que é o futuro, efetivamente, a nossa grande obra se quisermos uma história diferente?

Mas, para que o futuro não repita o passado, o presente deve ser um tempo de exame crítico e objetivo do que passou e também de formulação crescentemente civilizada da história que virá. Se o futuro não tem destino, que ele seja, pois, pura inspiração.

Resultado de pesquisa realizada na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), este livro busca ampliar o acesso a essa história de sonhos, tragédias e possibilidades de reinvenção em torno do tema da esperança de liberdade e de equidade que teceu o trágico enredo de Queimado.

Esta publicação almeja constituir um “lugar de memória” que possibilite e inspire a discussão dos nossos ontem e hoje e, principalmente, o vislumbre de um outro amanhã para todos nós, numa esperança de reinvenção norteada pelas mãos de trágicas lembranças que jamais devem ser esquecidas.

A nos guiar nesta caminhada, um ícone da história espírito-santense, Afonso Cláudio de Freitas Rosa, e sua obra de valor imensurável, pioneira no livro-reportagem nacional, “A insurreição do Queimado – Episódio da História da Província do Espírito Santo”.

Capítulo 1

**A FORJA ANTIESCRAVISTA
E REPUBLICANA**



Nascido em 02 de agosto de 1859, na Fazenda Mangaraí, no então município de Porto de Cachoeiro de Santa Leopoldina, e falecido na cidade do Rio de Janeiro em junho de 1934, Afonso Cláudio estabeleceu-se como personagem central na travessia do regime monárquico-escravagista rumo à república em terras capixabas.

Foi advogado, magistrado, jornalista, escritor, professor. Com a Proclamação da República, tornou-se, aos 30 anos, o primeiro presidente do Estado do Espírito Santo. Desembargador, presidiu o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.

Considerado um dos “pais” do republicanismo espírito-santense, aos 25 anos de idade publicou “Insurreição do Queimado”, libelo contra a escravidão, que ainda vigia quando o livro, razão desta publicação, na passagem de seus 140 anos, veio à luz.

O que inspirou e sustentou essa ímpar trajetória foi uma sólida formação. Afonso Cláudio, sempre segundo Judith Freitas de Almeida Mello (1959), em seu ensaio biográfico, cursou a educação básica no Espírito Santo e no Rio de Janeiro. O filho de fazendeiro, que nunca desejou seguir o caminho do pai, também transitava entre a casa-grande e a senzala, onde travava contato com histórias ancestrais do povo escravizado.

Aos 19 anos de idade, em 1878, matriculou-se na Faculdade de Direito de Recife. Por ser mais perto, fez dois anos do curso na Faculdade de Direito de São Paulo. “Mas não se esquecia do Recife”, para onde retornou. Conforme Mello (1959, p. 15),

nas *repúblicas*, os estudantes viviam reunidos, palestravam, discutiam, refundiam apontamentos, reconstruíam as lições, estudavam. Por esse tempo, as correntes espirituais do século XIX começaram a empolgar os moços, que se fizeram livres pensadores em filosofia e republicanos em política. Tornaram-se abolicionistas fervorosos. Os versos de Tobias Barreto e os de Castro Alves eram memorizados e declamados nas festas. Deixaram fama, no Recife, as justas literárias realizadas no Teatro de Santa Isabel, onde Nabuco exaltara o abolicionismo, empolgando os estudantes com suas frases candentes. Ideias antiescravistas e republicanas aí eram propagadas abertamente. Nesse tempo é que Afonso Cláudio publicou, antes de formar-se, seu manifesto republicano. Formou-se em 1883.

Formado, Afonso Cláudio voltou ao Espírito Santo em seguida, quando lançou “Insurreição do Queimado”. Também em 1884, casou-se com Maria Espíndola de Freitas Rosa, com quem teve quatro filhos

(Alarico de Freitas, Stella de Freitas, Regina de Freitas Esteves e Judith Freitas de Almeida Mello).

Conforme Mello (1959, p. 22), Afonso Cláudio “foi um dos mais fervorosos propagandistas do abolicionismo. Fazia conferências, escrevia em jornais, organizava festas com intuitos libertários. Promovia libertação de escravos... Pessoalmente, desde que se casara, se havia despojado de todos quantos possuía, alforriando-os”.

Na Sociedade Domingos Martins, que se constituiu pioneiramente dentro do “movimento abolicionista”, em 1869, Afonso Cláudio proferiu sua primeira conferência antiescravagista, em 1884, tendo sido publicada em abril do mesmo ano no jornal *A Província do Espírito Santo*. “Pregava suas ideias em Vitória e no interior; procurava os núcleos participantes das mesmas ideias libertárias; foi incansável, no ardor dos vinte anos”, afirma Mello (1959, p. 24).

O republicanismo foi uma bandeira marcante na vida de Afonso Cláudio, empunhada tanto na militância dos clubes republicanos quanto no exercício do jornalismo e suas outras atividades. Segundo Mello (1959, p. 33), já em 1879, estaria fundado o primeiro núcleo-republicano espírito-santense, constituído de alunos do Ateneu Provincial, sob a designação de Saldanha Marinho”.

De acordo com Mello (1959, p. 34), “ao frequentar as aulas do ensino secundário, estudos começados no Rio de Janeiro e em Vitória e ultimados em Recife, Afonso Cláudio principiaria a sentir-se empolgado pelas ideias republicanas, desde o período preparatório”. Em 1883, “antes de se formar, publicou sua profissão de fé republicana”, no periódico *A Província do Espírito Santo*.

Todo esse investimento na formação de uma consciência republicana nas terras capixabas requereu muito do jovem advogado e jornalista:

Afonso Cláudio dedicou-se à propaganda no norte da Província e em Vitória. Não fazia política particularista; deslocava-se constantemente, tendo percorrido os principais pontos do território capixaba a cavalo, num esforço sobre-humano, procurando articular o movimento, congregando a população a cerrar fileiras em prol da República (MELLO, 1959, p. 35).

Bittencourt (2010, p. 63) também salienta o empenho “fervoroso” na luta antiescravista e republicana:

Retornando ao Espírito Santo em 1884, concedeu alforria a todos os escravos que possuía no ato do seu casamento. Ao lado de Aristides Freire, Cleto

Nunes e Muniz Freire, entre outros, participou da Sociedade Libertadora Domingos Martins, sendo encarregado das libertações, e orador da Sociedade ao longo de toda sua existência, que angariava fundos e mesmo subsídios oficiais para libertação, até que sobreveio o 13 de maio de 1888. Após o êxito da campanha abolicionista, intensificou-se a propaganda republicana. Ligado aos participantes do Clube Republicano de Cachoeiro de Itapemirim, Afonso Cláudio dedica-se ainda mais à causa, atuando em Vitória e Norte da província, sobretudo em Santa Leopoldina, onde nascera, e na zona guanduense, sob a jurisdição do mesmo município.

Com a Proclamação da República, Afonso Cláudio foi escolhido como o primeiro governador dos capixabas, à época chamado de “presidente do Estado”, sempre conforme reporta Mello (1959, p. 37), “por ter sido considerado como ‘a pessoa de maiores responsabilidades no movimento republicano regional’”. Nomeado primeiro governador republicano, em 16 de novembro de 1889, Afonso Cláudio tomou posse do cargo quatro dias depois, no Paço Municipal de Vitória”, atualmente a Cidade Alta.

Em meio ao caos da transição de regime, também marcado por disputas locais e regionais, Afonso

Cláudio ficou à frente do governo por 10 meses. Segundo relata Mello (1959, p. 48-49):

Enfrentando lutas de toda ordem, durante dez meses de laborioso governo; sofrendo inúmeras restrições pelos próprios correligionários da véspera; roído de desgostos ante a incompreensão de alguns e a ambição pessoal de muitos, cuja atitude jamais pôde entender; sendo alvo de suspeitas maldosas e ferido nos sentimentos cívicos que o animavam, pois, acima de tudo votava inquebrantável culto à República, Afonso Cláudio foi atingido por um intenso esgotamento nervoso, e resolveu resignar o poder nas mãos de seu substituto legal, Constante Gomes Sudré.

Schayder (2002, p. 86) nomeia o período como a “República dos Coronéis”, na qual “o governo de cada Estado ficava sob o controle de um pequeno grupo político ligado à família do coronel mais rico e influente da região”. O autor identifica a família Monteiro como a mais proeminente nessa política. Representando “o grupo e o interesse dos cafeicultores, monopolizou o poder político de 1908 a 1930”.

Da Proclamação da República até 1908, Schayder anota que a “política interna do Espírito Santo foi marcada por uma intensa disputa de poder”,

tendo como alvo a “chefia do governo estadual”. Segundo ele,

Para se ter uma ideia, nos primeiros anos republicanos (1889-1891), 12 pessoas governaram o Estado. Inclui-se, nesta lista, Afonso Cláudio, o primeiro presidente estadual, que foi elevado ao cargo pelo governo provisório da República. Esta turbulência estadual está associada à disputa de poder na esfera federal: marechal Deodoro da Fonseca *versus* marechal Floriano Peixoto. Foi uma fase de acomodações políticas (SCHAYDER, 2002, p. 86).

Neste contexto, Mello (1959, p. 52) reporta que “durante mais de sete anos esteve Afonso Cláudio no ostracismo, em tratamento de saúde, afastado de tudo o quanto mais amou neste mundo... Mas conseguiu recuperar-se! Não estaria liquidado, como talvez pudesse parecer – quiseram os fados que não!”.

“Restabelecendo-se da saúde, voltou Afonso Cláudio à vida laboriosa que lhe aprazia. Mas a política não o atraía mais”, registra Mello (1959, p. 69), dedicando-se à advocacia, à magistratura e ao magistério.

Sempre de acordo com Mello (1959, p. 75), “em 1891 foi nomeado desembargador do Tribunal de Justiça, sendo, logo, seu presidente”. No governo de Bernardino Monteiro (1916-1920), quando também foi

procurador-geral do Estado entre 1916 e 1917, voltou a ocupar a Presidência do Tribunal de Justiça. Aposentou-se em 1920, quando fixou-se definitivamente no Rio de Janeiro.

A partir da aposentadoria, Afonso Cláudio dedicou-se ao ensino superior, por 10 anos, notadamente na Faculdade de Direito de Niterói (RJ). Conforme Mello (1959, p. 79), “como catedrático, ali lecionou Direito Romano, sua especialidade, por predileção, desde os bancos acadêmicos, no Recife. Também ensinou Direito Administrativo; Direito Penal Militar; Introdução à Filosofia do Direito; Direito Civil”.

Afonso Cláudio, além do jornalismo, escreveu diversas obras sobre essas e outras áreas do Direito, além de volumes sobre História – como “Insurreição do Queimado”, aqui estudado sob a perspectiva do livro-reportagem –, Literatura, Política, Sociologia e Etnografia. Em sua casa, no Rio de Janeiro, tinha uma biblioteca que ocupava dois salões térreos. “Eram livros, livros e mais livros, superlotando as estantes, em número de quinze”, recorda Mello (1959, p. 97).

Conforme destaca Mello (1959, p. 95), sua biógrafa e filha mais nova,

Afonso Cláudio viveu ampla existência a serviço de uma fecunda evolução de ideais e, em favor dos mesmos, che-

gou a esquecer-se de si próprio, muitas e repetidas vezes. Criado com certa abastança, com bens assegurados pelo regime monárquico, insurgiu-se contra este, destemerosamente, depois de ter combatido a escravidão. Com isso renunciou, conscientemente, à própria segurança material.

1.1 A escravidão

A escravidão, que tanto comoveu pessoal e politicamente Afonso Cláudio, escreveu uma história nefasta na trajetória do Brasil. No Espírito Santo não foi diferente.

De acordo com Maciel (2016, p. 54), “documentos da história capixaba dão indicações de que por volta de 1550 já existiam, nesta terra, escravos negros, talvez trazidos de Portugal pelos conquistadores. Entretanto, oficialmente, a importação de força de trabalho diretamente da África só ocorreu após 1561”.

Segundo reporta o mesmo autor, em 1856, a província tinha 49.092 habitantes, dos quais 12.269 escravizados. Em 1871, a população capixaba era de 70.585 habitantes, sendo 18.760 sob escravização. Em 1887, às vésperas do fim oficial da escravidão, havia 13.382 pessoas escravizadas no Espírito Santo.

Câmara (2021) reporta que em 1824, da população total de 35.353, 13.128 eram escravizados. Já em 1872, dos 82.137 habitantes do Espírito Santo, 22.659 viviam sob o escravagismo. Os números absolutos podem diferir, conforme a fonte, mas dialogam na divisão percentual da população.

Segundo Oliveira (2006, p. 207), “provavelmente, nada menos que 4 milhões de africanos negros aportaram ao Brasil”:

Fosse pela necessidade de mão de obra, devido à inadaptação da população autóctone para trabalhos regulares e à sua fuga para remotas paragens, fosse pelas oportunidades oferecidas por um grande negócio, cedo – já no século XVI – o comércio de escravos negros africanos transformou-se num outro pilar fundamental da economia colonial, imprimindo sua marca a ferro e fogo no corpo dos escravos e da sociedade.

Acerca dos movimentos de resistência e superação do escravismo, como a “Insurreição de Queimado”, Maciel (2016, p. 95) afirma que “documentos de 1710 já registravam a existência de quilombos por vastas áreas do Espírito Santo, principalmente nas regiões de Itapemirim, Serra, Muribeca, Ponta da Fruta e Guarapari”.

No Espírito Santo, afirma, “a primeira metade do século XIX foi fértil em fugas, rebeliões e formação de quilombos. À medida que decorria o tempo, novas fugas e rebeliões aconteciam, bem como outros quilombos surgiam e desapareciam, sem deixar vestígios e notícias” (p. 98). Maciel ainda destaca:

Soma-se a tudo isso o fato de que, principalmente após 1850, tornaram-se inumeráveis os pedidos das autoridades e pessoas importantes da Província para que fosse feita a captura de escravos fugitivos, assim como também foram crescentes as revoltas dos negros, que fugiam para juntarem-se a outros, em quilombos, decididos a lutar contra seus senhores. Dessa forma, pode-se perceber com clareza o contexto no qual aconteceu a Insurreição dos Escravos do Queimado, a mais importante manifestação, devidamente documentada, dos negros contra a escravidão no Espírito Santo (2016, p. 98-99).

Câmara (2021) afirma que a sociedade escravagista revestiu de legalidade seus métodos de cativo e controle social de ex-escravizados e seus descendentes livres. Assim, o Brasil consolidou um arcabouço legal que legitimasse a opressão sobre escravos quando levada a cabo por autoridades policiais e jurídicas.

Ainda que alguma limitação da violência imputada aos escravizados tenha sido estabelecida, de forma a se preservar o “patrimônio”, não se deve ignorar que a escravidão no país se organizava em torno do poder máximo do senhor sobre seus cativos, sustentado pela violência e crueldade. A moderação prevista na letra das leis, especialmente a partir de 1830, era ficção no dia a dia nefasto do escravismo, como diz Câmara.

Para além das mudanças nos códigos legais, com reduzida efetividade, como parte das pressões pelo fim da escravidão, as rebeliões e fugas foram aumentando gradativamente, o que gerou um incremento das estratégias de vigilância e repressão, em meados dos anos 1800.

Graves conflitos entre senhores e escravizados tornaram-se rotineiros, fazendo com que, na segunda metade do século XIX, as elites econômicas e governantes experimentassem um medo constante de insubordinações, que eram sempre massacradas com força total, como ocorreu em Queimado.

Capítulo 2

**140 ANOS DE “INSURREIÇÃO
DO QUEIMADO”**



Esperança. Houve um tempo em que Queimado, antiga freguesia de Vitória, aos pés do monte “Mestre Álvaro”, atualmente distrito do município da Serra, na região metropolitana da capital, foi um lugar de esperança.

Esperança construída centímetro por centímetro, dia a dia de sol, noite a noite de lua cheia, dias de santos, por quase quatro anos (1845-1849), a cada fundação, a cada parede erguida da Igreja de São José, sob encomenda do frei Gregório de Bene.

Esperança temperada por sangue e suor, emoldurada pelo sonho de liberdade de escravizados que erguiam o templo em troca da alforria – presumida, combinada, prometida, vislumbrada, mas, ao fim e ao cabo, para sempre negada.

Esperança de corpos escravizados por um regime tão inaceitável quanto insano, tão bárbaro quanto condenável. Frustrada a liberdade possível pelo ingresso na luta sob o Exército, porque obstaculizado o alistamento pelos senhores, restava ser soldado da fé, sob o pároco, construindo o templo da esperança da libertação.

Na obra desse templo, a construção da liberdade – acreditavam os escravizados. Porém, erguida e inaugurada a Igreja de São José do Queimado, a 19

de março de 1849, restaram as portas fechadas à esperança – e o que se sacramentou foram a perversão e a desumanidade institucionalizadas.

Aos obreiros do templo, em vez de festa, restou a insurreição. Em vez da liberdade, a fuga. A tortura, o suplício, o suicídio, a morte. As fugas. As torturas. Os suplícios. Os suicídios. As mortes.

A memória de uma esperança enganada, maltratada, despedaçada, assassinada, sob o patrocínio ignóbil do escravagismo, deve ser preservada e discutida e problematizada, tendo em vista a compreensão do nosso presente, mas também, fundamentalmente, objetivando a construção de um futuro diametralmente diverso da realidade que vivemos ontem e hoje.

2.1 O lugar e o templo

Com a igreja no epicentro da tragédia, começamos por ela e seu quinhão de terra. Queimado localiza-se à margem esquerda do Rio Santa Maria da Vitória, tendo sido lançada a pedra fundamental da Igreja de São José em 15 de agosto de 1845, com inauguração do templo em 19 de março de 1849. Segundo Almeida (2009),

a vila do Queimado foi um importante ponto de comunicação para os que transitavam pelo rio Santa Maria durante o século XIX e as primeiras décadas do século seguinte. Com um porto dinamizado por sua estratégica posição, por ele chegou, em dia de grandes festejos marcados por bandeirolas, guirlandas e fogos de artifício, a imagem de São José vinda de Vitória, desde o cais do Imperador, em disputado cortejo no qual estiveram presentes autoridades eclesiásticas e políticos de relevância à época (p. 337).

Acerca das feições externas e estruturais da antiga igreja, erguida por escravizados mobilizados pela esperança e promessa de liberdade, Almeida descreve:

Era uma construção constituída de dois volumes correspondentes à nave e à capela-mor, internamente interligados por um robusto arco cruzeiro, e externamente diferenciados por sua largura e altura. A cobertura, estruturada em madeira e realizada com telhas de barro tipo capa-canal, possuía dois planos unidos pela cumeeira disposta perpendicularmente ao plano da fachada. Essa tinha sua composição dominada por um frontão de singelo traçado curvilíneo e pela articulada disposição

da porta e das três janelas sobre o coro. Na frente, um átrio, de mesma largura da fachada, fechado nas laterais por mureta e na frente por singela cerca, era acessado por uma pequena escada em semicírculo, um elemento singelo, mas indicador do discreto refinamento estético de seu idealizador. Situado em frente a um adro resultante do desnível do terreno, a igreja se impunha ao seu entorno pelo caráter singular de sua implantação e disposição frontal à pequena vila de São José do Queimado (ALMEIDA, 2009, p. 336).

O templo foi erguido “em paredes estruturais de pedra, do tipo canjicado, sobre fundação de pedra, material responsável por sua imponente robustez. [...] Complementarmente, a madeira é o material predominantemente utilizado para a execução das esquadrias das janelas sobre a nave, a portada e as duas portas laterais”, descreve Almeida (2009, p. 337).

Internamente, afirma Almeida (2009), o templo era um “tipo comum das construções religiosas brasileiras”:

Assim, logo na entrada, uma escada permitia o acesso a um avantajado coro, seguramente delimitado por um guarda-corpo, todos talhados em madeira. Adentrando a nave, à direi-

ta, dois nichos de dimensões distintas deviam receber santos de devoção. O segundo deles situa-se onde anteriormente esteve um púlpito, acessado por escada em madeira a partir da nave. Mas, seguramente, era o arco cruzeiro o principal elemento de composição estética do ambiente religioso. Desenhado a partir de nítidas e clássicas relações métricas, em São José ele realizava austera passagem para a capela-mor. No meio, marcando a transição, havia uma sequência de duas guardas, em madeira, executadas em consoante singeleza com o altar, onde ficava a imagem do santo de devoção dos moradores do Queimado (p. 336-337).

Em desterro ao longo do século XX, a Igreja de São José do Queimado transformou-se em ruínas, não obstante seja patrimônio tombado pelo Conselho Estadual de Cultura desde 1992¹. O terreno do Sítio Histórico do Queimado, que era de propriedade particular, foi doado para a Prefeitura da Serra em 2015, mediante compromisso de revitalização do local.

1 Importante não confundir o nome da localidade – Queimado – com o motivo da degradação do templo, que, por analogia, poder-se-ia supor causada por um incêndio. Essencialmente, a igreja se transformou em ruínas em razão do abandono a que foi submetida no decorrer das décadas.

Esse processo foi concluído em 2020, com patrocínio do Sincades e realização do Instituto Modus Vivendi, sob a coordenação de Erika Kunkel, responsável pelas obras, autorizadas e acompanhadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

2.2 O contexto

Queimado constituiu-se, nas palavras de Afonso Cláudio (ROSA, 1979), como o “teatro do acontecimento” conhecido como a “Insurreição do Queimado”. Essa revolta de escravizados eclodiu a 19 de março de 1849, durante a inauguração da igreja dedicada a São José. E sufocada já no dia seguinte.

Dois dias de insurgência, envolvendo cerca de 200 escravizados, marcaram profundamente a vida da província e se inscreveram na crônica da vergonhosa e hedionda caminhada escravagista capixaba – como de resto, da brasileira –, conformando uma página densa e triste, ainda que inspirada pela esperança de liberdade, para sempre negada aos insurgentes, contra a desumanidade legalizada.

Conta-se quase que em uníssono que a causa maior foi o desengano quanto à liberdade prometi-

da pelo frei Gregório de Bene² aos escravizados que ajudassem a construir a igreja devotada a São José na colina do Queimado. Quase quatro anos de trabalho e, na inauguração do templo, o que se registrou foram portas fechadas à liberdade sonhada e “prometida”.

Afonso Cláudio, o grande e ímpar narrador dessa tragédia humanitária, complexifica a trama da desgraça, não só aquela que condenou e matou, mas também aquela que urdia um sistema vil e indigno de sociabilidade nefasta e cruel.

Maciel (2016, p. 100) descreve: “Muitos revoltosos foram presos, torturados ou ainda mortos imediatamente. Os que escaparam às torturas e castigos dos primeiros momentos foram, em número de 38, submetidos a júri, que absolveu seis, condenou cinco à pena de morte e os outros a açoites”.

Dos cinco condenados à forca, três fugiram da cadeia. Chico Prego foi enforcado, na vila da Serra, a 8 de janeiro de 1850, e João da Viúva Monteiro, no Queimado, na data de 11 do mesmo mês, do mesmo ano.

2 De acordo com Luiz Guilherme Santos Neves, em nota aposta ao livro de Afonso Cláudio (ROSA, 1979, p. 105), “Gregório José Maria de Bene nasceu em Roma. Foi missionário na Índia e chegou ao Brasil em 1844, junto com outros frades da ordem capuchinha”, partindo para o Espírito Santo no mesmo ano, onde ficou até 1849.

Segundo Santos Neves (2012, p. 47), “quando se deu o enforcamento de Chico Prego e João da Viúva, frei Gregório já não se encontrava no Espírito Santo. Havia partido para o Rio de Janeiro em 26 de setembro de 1849, no navio Guapiaçu”. Segundo informa o autor, “desde 16 de junho do mesmo ano, tinha se demitido do cargo de vigário da freguesia do Queimado”.

Elisiário, o principal líder da revolta, fugiu, assim como João e Carlos, este uma das fontes de Afonso Cláudio ouvidas para compor seu livro “Insurreição do Queimado – Episódio da História da Província do Espírito Santo”³, lançado em 1884, antes, pois, do fim oficial da escravidão no Brasil.

3 Conforme elucidada Luiz Guilherme Santos Neves nas notas apostas ao livro de Afonso Cláudio, cuja primorosa edição patrocinada pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em 1979, serve de base para esta publicação. Desse modo, ao que registrou Rosa (p. 1979, p. 86) – “Carlos logrou sobreviver aos companheiros, graças à complacência de João Clímaco. O humanitário cidadão estendeu a caridade até esta infeliz vítima da justiça e desfez mais de uma cilada armada à ignorância do escravo para triunfo dos executores da lei” –, Santos Neves considerou em nota (p. 110): “Esta afirmativa, tão categórica acerca do destino do escravo Carlos, fornece a certeza de que foi ele o informante a quem Afonso Cláudio houve com esforço a ‘revelação de todo plano da revolta’”. Ressalta-se, também e por oportuno, o valoroso trabalho de Fernando Achiamé, que adicionou à mesma edição a lista de documentos existentes no Arquivo Público Estadual relativos aos eventos citados por Afonso Cláudio. Enfim, a dedicação e a competência ímpares desses intelectuais capixabas ofertaram ao texto de Afonso Cláudio ainda mais notoriedade, além de brindar os leitores com informações adicionais muito relevantes para o melhor entendimento da História.

Ademais dessa edição que referencia este livro – a terceira –, de acordo com Ribeiro (2007, p. 34), a obra, “o primeiro trabalho científico de Afonso Cláudio”, concluída em 1884, teve sua primeira edição por meio do jornal *A Província do Espírito Santo*, de Vitória.

Houve, ainda, uma segunda edição, publicada em Petrópolis, em 1927, e uma quarta, sob responsabilidade do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo/Prefeitura de Vitória, em 1999.

Com esta obra, Afonso Cláudio se tornou o “pioneiro na historiografia capixaba sobre escravos e sua condição no Espírito Santo”, ressalta Ribeiro (2007, p. 39). Conforme observa o historiador e escritor Luiz Guilherme Santos Neves, na Apresentação da edição que se utiliza como base deste livro (ROSA, 1979, p. 16),

Ao se debruçar sobre o tema da insurreição do Queimado, Afonso Cláudio teve de se valer de alguns poucos meios disponíveis como fontes de consulta para reconstituir o que chamou de “pequena memória”. Pretendia que esta memória revivesse “um dos episódios da história da província do Espírito Santo, antes que somente a tradição desse dele mais tarde uma ideia imperceptível”. Para tanto, recorreu, conforme informa na pré-intro-

dução da obra, “À paciência alheia...”, a uns poucos elementos disponíveis, tendo mencionado textualmente uma coleção do jornal *Correio da Victoria*, correspondência particular e reminiscências de pessoas que tiveram conhecimento do fato, e narrações orais, dentre as quais o depoimento sobre um plano de insurreição conseguido “por demasiado esforço” a um dos chefes da revolta, através de “exposição truncada do escravo rebelde”. Lamentava já então a falta de documentação mais farta e, em particular, o extravio do processo criminal sobre os implicados na revolta, cuja existência em cartório da capital era conhecida até 1875. No Apêndice da monografia incluiu, como complemento do trabalho, trechos da carta do Capitão Rodrigues Velho (proprietário do escravo de nome João, irmão do cabeça da revolta, Elisário), algumas mensagens da Assembleia Provincial e da Câmara Municipal da capital e o juramento do padre frei Gregório José Maria de Bene, vigário envolvido nos acontecimentos da trama insidiosa. Com tão escassas e deficientes fontes de informação, a monografia de Afonso Cláudio prima, contudo, pelo empenho na correta reconstituição dos fatos e denota a preocupação de interpretá-los à luz da crítica histórica compromissada apenas com a busca da verdade.

O jornal *A Província do Espírito Santo*, que publicou a grande reportagem “Insurreição do Queimado”, surgiu em 15 de março de 1882, em Vitória, fundado por Cleto Nunes e Muniz Freire, companheiros de Afonso Cláudio nas lutas antiescravista e republicana.

Segundo reportam Zanandrea e Frizzera (2005, p. 51), o jornal “filiava-se à política liberal”, publicava-se três vezes por semana, com quatro páginas, tendo se tornado diário em 3 de janeiro de 1883. “Aos domingos, a primeira página era dedicada à literatura. Mantinha correspondentes no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Paris e nos municípios da província”.

Os jornalistas registram que o veículo teve a “primeira Marinoni (impressora rotativa, que imprimia 10 mil exemplares por hora, necessitando apenas de três operários) do Espírito Santo”. Destacam, no entanto, que a tiragem de *A Província* era inicialmente de mil exemplares, chegando a 1.600, em 1889. “Com o advento da República, passou a se denominar *Diário do Espírito Santo* (1889) e *O Estado do Espírito Santo* (1890)”.

A seguir, confira o desenrolar dessa tragédia capixaba a partir de um roteiro de trechos originais da narrativa de Afonso Cláudio, selecionados do citado livro, na edição de 1979, da então Fundação Ceciliano Abel de Almeida, pertencente à Universidade

Federal do Espírito Santo (UFES), que é, em verdade, como aqui se afirma, uma grande reportagem sobre a insurreição.

Além de prestar uma justa homenagem a um escritor ímpar e corajoso, a narração da história da revolta de Queimado utilizando trechos do próprio texto original tem mesmo o caráter de um convite ao leitor para que se vá às páginas de uma publicação de 140 anos de idade, impositiva à compreensão da vida capixaba, no ontem e no hoje.

Também se faz com alguma esperança decisiva para fomentarmos e constituirmos um amanhã com urgentíssimos e maiores graus de justiça social e econômica entre nós – se, evidentemente, quisermos nos distanciar do que fomos e ainda somos quanto à desigualdade, e se pretendemos nos aproximar do ideal de uma sociedade justa e inclusiva, verdadeiramente humana e republicana, pois.

2.3 A história e o texto na grande reportagem de Afonso Cláudio

Queimado

“Terreno seco e árido, sem águas correntes que alimentem uma vegetação abundante, a colina que serviu de teatro à luta, apertada entre montanhas,

nunca pôde florescer. Ainda hoje a pequena povoação desfalca-se de habitações, porque as casas existentes, em grande parte, abandonadas, tornaram-se ruínas à míngua de reparos” (p. 33).

Convergência

“Convém afirmar que o teatro do acontecimento não pôde ter a importância que em outras circunstâncias deverá ter. Os insurgentes (com exceção de insignificante número) não habitavam o solo escolhido para a luta. Eram habitantes uns das circunvizinhanças e outros de pontos longínquos, de sorte que formavam no Queimado uma população adventícia: o único fato da escolha do campo de combate trouxe certa recomendação ao lugar. Não foi a insurreição um movimento local, ao contrário, informações de nota fazem acreditar que muitos anos antes daquele em que teve lugar a explosão, fizeram os insurgentes conciliábulos em diversos pontos” (p. 34).

Conexões

“Em várias fazendas, pequenas reuniões celebraram-se às ocultas, e os cabeças destarte arrebanhavam prosélitos com paciente resistência. Mensageiros cruzavam-se em várias direções para o norte da província; do sul veio um contingente de 20 escravos para engrossar a coluna insurrecionária. Da Serra,

de Itapoca, de Viana, em suma de todos os centros onde transpiravam as deliberações tomadas em conciliábulo, afluíram adeptos à causa. Do maior centro de escravos, de São Mateus, partia uma grossa fileira deles” (p. 34).

Precedentes

“Várias e complexas foram as origens da revolução armada pelos escravos no ano de 1849” (p. 35).

– De farda para a liberdade

“Daí resultava certo desejo para os escravos de se alistarem soldados. [...] Um escravo que voltasse livre faria crer que quantos o imitassem teriam igual sorte; a felicidade, portanto, apareceria-lhes sob o aspecto do soldado” (p. 35-36).

“Quando o fato tomou maiores proporções, isto é, quando se tornou mais frequente o uso de terem praça os escravos em lugar dos senhores, a continuação das guerras fez corrente entre os primeiros que teriam eles de formar fileiras nos exércitos nacionais, e que então todos os escravos se fundiriam soldados. Por inconsiderada temeridade, os que sabiam quão longe estava a notícia da verdade, davam curso ao boato de que a imperatriz do Brasil ansiava por essa solução” (p. 36).

“É pouco antes da insurreição que os escravos compreenderam que os senhores não desejando que eles usassem as vestimentas que os deviam conduzir à liberdade, opunham-se assim ao pensamento da princesa brasileira e destarte frustravam a liberdade prometida. Desse primeiro raciocínio para os outros que vamos estudar, nasceu o plano guerreiro que devia alarmar a província no dia da sua realização” (p. 37).

– Mãos à obra da esperança

“A estas causas, outras se vieram a juntar. Como ainda hoje, na época que se prende a insurreição, entregava-se a instrução do povo à palavra dos missionários. Pouco conhecedores do valor das expressões portuguesas, arriscavam estes muitas vezes frases veementes, na simples intenção talvez de incitar o ardor religioso e plantar o império da fé. Não raro a energia da linguagem leva o missionário a caminho diverso do escolhido e daí provêm censuras e maldições a instituições que eles supõem persistir por falta de religiosidade dos que as mantêm. [...] Pertenciam a esta legião dois frades italianos que por longo tempo permaneceram na província. Civitella do Trento e Gregório de Bene, o primeiro edificador da igreja de Cariacica e o segundo da do Queimado, em suas prédicas religiosas apresentavam

com deprimentes censuras a escravidão em toda sua hediondez. O último, diz-nos o capitão Velho, lembrava aos escravos a plena liberdade dos povos da Europa e reprovava, maldizendo, o cativo no Brasil. A ferramenta do ódio das vítimas contra a instituição apresentava-se agora pela palavra do sacerdote. Contrariados em suas aspirações, de servir no exército, pela severidade dos senhores e por outro lado estimulados pelo boato da liberdade prometida em nome da imperatriz, a palavra de fogo que condenava em nome da religião a instituição servil trazia aos escravos mais um incitamento para a revolta. À severa inflexibilidade dos dominadores, começavam a atribuir a continuação do cativo. Tanto o compromisso da ‘rainha’, segundo dizem eles, como a religião quebravam-se de encontro à resistência que os possuidores de escravos opunham: originou-se a ideia de vindicar o direito pela força, contrariando os dominadores” (p. 37-38).

– A parte do frade

“Não era um espírito de cultura o frade italiano; educado nos colégios da Itália, veio ter à província por designação do geral da ordem no Brasil, com o encargo de pregar missões. Uma tradição autorizada pelo sacerdote João Clímaco faz crer que Gregório, no intuito de realizar a projetada edificação da

igreja do Queimado, contraiu com os escravos que o auxiliavam naquela tarefa o compromisso de os libertar no dia de São José, padroeiro da freguesia, dia em que fazia festa em sua honra. Da data da promessa ao dia em que se deveria realizar, decorria o lapso de um ano, mais ou menos o tempo calculado para a conclusão do edifício. É fácil de imaginar o resultado de semelhante responsabilidade; afirmam muitos que além dos dias santificados, nas noites de luar, os mais entusiastas escravos abandonavam as fazendas para carregar os materiais destinados à construção. Aproximava-se, porém, o dia e querendo o frade desligar-se do encargo tomado, fez crer que só à pertinácia dos senhores deviam os escravos a permanência do cativo; que nem a religião, nem os votos da ‘rainha’ puderam modificar a crueldade dos dominadores. Daqui, para o recurso às armas e à força ia uma extensão pequenina: a conspiração fez-se sentir e a agitação dos ânimos tornou-se desde logo o prelúdio da insurreição” (p. 38-39).

Andamento

“Era chegado o ano de 1849, sem que melhores probabilidades garantissem a aspiração dos escravos. A edificação do templo adiantava-se dia a dia, os rebeldes mais assíduos no trabalho traziam aos outros em nome do frei Gregório palavras animadoras, de efeito calculado” (p. 43).

“Nos conciliábulos secretos das fazendas, em companhia de Domingos (Corcunda) e João (Pequeno), dizia-se que o recurso às armas era o único que lhes restava. Sob a aparência de desmedida obediência, os escravos odiavam os senhores e faziam sacrifícios de toda sorte para adquirir armas” (p. 43).

“O Queimado era o centro das operações; as hostes dirigidas pelos quatro chefes aí recebiam novas ordens. Não pensamos que cada um deles fosse atacar fazendeiros isoladamente; tanto Francisco como seus companheiros buscavam aliciar combatentes para incorporá-los em um só exército. De conformidade com esta deliberação, far-se-ia o primeiro ataque aos fazendeiros mais próximos (e assim foi); ganha a vitória e celebrado o triunfo de Queimado, caminhariam para o outro ponto e assim por diante. Convinha aos insurgentes um sucesso imediato; estava nisso a virtude da conjuração e o ganho da causa” (p. 46).

“Em Elisiário vamos descobrir a origem de todo o artifício. Recordando-se da velha história das fardas que se dizia apadrinhada pela ‘rainha’, derivou em proveito de seus manejos o nome da soberana. Aos companheiros de luta diria que frei Gregório lhe transmitiu secretamente esta revelação; isto é, que reconhecendo a ‘rainha’ os benefícios prestados

pelos escravos em prol da religião, prometeu a frei Gregório a graça de redimi-los no dia de São José. Calculando na falibilidade da esperança contida nesta imaginária promessa, contava Elisiário que estando desde tanto tempo os escravos predispostos para readquirir a liberdade, a frustração da primeira promessa era remediada pelo outro insidioso meio que consistia em obter por coação dos senhores a declaração da liberdade dos escravos de seu domínio – meio que também aos insurgentes seria sugerido (e era o plano, como vimos) por Elisiário com a responsabilidade do frade. Uma vez ganha a promessa dos senhores, frei Gregório proclamaria a liberdade. Tal nos parece ter sido o raciocínio de Elisiário, sob pena de permanecer inexplicável a controvérsia de que depende a parte mais interessante do sucesso” (p. 49).

– Elisiário

“Com que elementos entretanto calculava o chefe incendiário para o fim de obcecar o entendimento de seus companheiros? Elisiário sob que aspecto aparecia na luta? Mediador entre o frade (de quem se fazia ajudante na trama) e os chefes da insurreição, vinha daí toda a sua influência: como pretense enviado de Gregório tinha em suas mãos a vontade dos companheiros para torcê-la como melhor lhe aprouvesse. Reduzidos

a manequins nas mãos do conspirador, os outros rebeldes aceitavam submissos as ordens do chefe, caminhando para desastrosa peleja, como para um abismo, instintivamente. A abdicação, mesmo entre os espíritos medianos, é uma resultante da unidade de vistas: a coesão de princípios funda-se nisso” (p. 49).

A véspera

“Chegaram, enfim, as expedições dirigidas aos vários centros. Apesar de todos os rigores, o pensamento incendiário tinha-se comunicado às senzalas. À noite do dia 18 de março, sob as ordens dos chefes expedicionários, reuniram-se perto de duzentos escravos. Não querendo acumular suspeitas à revolta nascente, cada um dos chefes teve de distribuir seus combatentes e, como essa distribuição em lugares estranhos podia causar desconfianças, derramaram os guerreiros pelas fazendas próximas, com a recomendação de se acharem no Queimado todos, na hora da missa paroquial, sob pena de perder a alforria quem preterisse a recomendação” (p. 51).

O dia

“No dia 19 de março, Carlos, subchefe da expedição confiada a João (Pequeno), em companhia de Benedito, Eleutério e Elisiário, dirigiu-se pela manhã

para o Queimado, de conformidade com as deliberações tomadas no centro insurrecionário” (p. 53).

“Como dissemos, estava previsto o encontro das expedições no Queimado: aí se constituiria o exército formado de legiões” (p. 54).

– Na igreja

“Decorreu o espaço de uma hora sem que houvesse ulterior comunicação; a ansiedade dominava os insurgentes e Prego, como general acostumado a ler nos soldados as inquietações do momento, foi em pessoa à igreja na ocasião em que o sacerdote suspendia a hóstia, o que denota estar quase findo o sacrifício” (p. 54).

“Elisiário tinha deixado passar em silêncio o momento concertado para a explosão; ou porque se tivesse arrependido da primeira deliberação confiada ao parlamentar, ou porque houvesse mal compreendido as ordens do diplomata, era evidente que o ensejo prefixado por Elisiário tinha-se escoado” (p. 54-55).

“Acreditou Chico Prego que o tempo urgia e sem detença foi ter aos companheiros. Incorporado aos chefes das expedições e aos seus companheiros d’armas, avançou para a igreja prorrompendo em gritos, saudando a liberdade. Sucedem-se os brados e

estabelece-se a confusão no interior da igreja. Os insurgentes, em número superior a duzentos, infundiam terror pela atitude hostil que apresentavam. O sacerdote não pôde concluir o sacrifício; incontinenti mandou fechar as portas do templo, evacuando-se célere a multidão dos devotos. Repetiam-se novos brados e a impaciência de Chico Prego não encontrava a solidez que buscava nas promessas de Elisiário. Se a oportunidade tinha passado, a culpa era de Elisiário; agora depois da primeira manifestação, quando esperavam ouvir de frei Gregório a declaração solene, viam as portas do templo fechadas por ordem dele” (p. 55).

– Às fazendas

“Elisiário, um momento perplexo ante os incidentes do ataque, tirou deles o mais decisivo partido. Demorando-se no templo, quer antes quer depois das manifestações dos rebeldes, incutiu no ânimo dos revoltados que frei Gregório havia aconselhado um meio seguro de obterem o premeditado fim. Referindo-se aos lutadores as palavras do religioso, dizia o agitador que na sacristia Gregório tinha-lhe confessado que pediu e rogou em nome da religião aos senhores para libertarem seus escravos em atenção aos serviços prestados à igreja; que suas súplicas foram desatendidas e não

houve meio de abalar o rigor daqueles; que os insurgentes tivessem coragem para ganhar a vitória pelo meio que ia apontar. Então, Elisiário mostrava um papel e acrescentava ter o frade afirmado que os insurgentes fossem ter com seus senhores para obrigá-los a assinar o papel com a declaração de os libertar, trazendo-lhe em seguida o mesmo documento para ser enviado à ‘rainha’, junto de quem ele, Gregório, gozava de influência. Não se faz mister muita perspicácia para ver o efeito de uma igual revelação; Gregório não falou em pessoa, mas Elisiário era um porta-voz seguro. Agora que o frade garantia a intervenção da ‘rainha’, não restava a menor dúvida da segurança da empresa: tal foi a opinião dos chefes” (p. 57).

“Ao ouvir as revelações do diplomata, recrudesceram da parte dos assaltantes os brados e aclamações. Começava a desfilar pela povoação o exército rebelde, dando vivas à liberdade” (p. 58).

“Assim, pois, enquanto por entre vivas entusiásticos dirigiam-se os rebeldes para as fazendas em busca de suas declarações, seguia às mesmas horas um aviso solicitando garantias às vidas ameaçadas no centro do movimento” (p. 58).

“Antes que o sol que alumiou o primeiro feito da revolta escrava se tivesse escondido por entre as

montanhas que guardavam o último eco dos brados de triunfo, os insurgentes puseram-se em marcha para as fazendas, seguindo a rota traçada por Elisiário” (p. 58).

“A notícia do ataque voou repentinamente pelos lugares mais próximos do centro das operações. Foi assim que na Serra, antes que se fizesse noite, os mantenedores da ordem puseram-se em vigilância para obstar manifestações prováveis” (p. 59).

“No entanto, mesmo à noite, os insurgentes não desconsideravam: urgia que fosse desde logo geralmente conhecida a estratégia de Elisiário” (p. 59).

O contra-ataque

“Para restabelecer a ordem ferida pelo levantamento de armas insurgentes, o presidente da província, desembargador Antônio Joaquim de Siqueira, que às 3 horas da tarde do mesmo dia 19 teve comunicação da ocorrência, tomou as possíveis medidas para reprimir a revolta. Enquanto fazia seguir para a povoação insurrecta uma força de linha sob o mando do alferes José Cesário Varela da França, confiava o restabelecimento da ordem ao chefe de polícia, que também seguiu incontinenti. Outras expedições foram enviadas a Cariacica e Itapoca, onde igualmente se fazia reccar o aparecimento de insurgentes. Ao governo imperial

fez ainda Siqueira requisição de tropas e comunicação extensa de todo o movimento insurrecionário” (p. 61).

“Aniquilou-se desde então todo o plano dos rebeldes: a vinda da força para o Queimado, a superioridade das armas manejadas pelos soldados adestrados em iguais movimentos; o ataque inesperado, e mesmo o medo que os dominou subitamente, abafou a audácia com que tinham cimentado o plano. De Elisiário, a quem recorriam com bom êxito nas ocasiões apertadas, não restava nem sombra. Logo no desfiladeiro quando João da Viúva e Prego decidiram fazer a primeira descarga, Elisiário disse-lhes que corressem antes pelo mato em socorro do frade: feito o ataque, quando os dois subchefes consultavam em organizar a resistência, Elisiário, com outros escravos seus vizinhos, já estava a salvo dos inimigos. Os combatentes tinham, pois, perdido o chefe; o escravo rebelde que tanto era ousado para comprometer os companheiros, quanto traiçoeiro para se escoimar de responsabilidades, deixou seus infortunados amigos em uma situação lamentável. Prego era o homem de luta, era o rebelde enfurecido disposto à derrota como à vitória; tinha por companheiro esse valoroso João que por tantos anos sopitou a desforra. Nem um, nem outro possuía a capacidade para armar uma deliberação, detalhar um plano. Braços armados para a execução, sentiam-se incapazes para delinear

um ataque. Perdidos irremediavelmente pela perfídia dos companheiros, bateram em retirada para escapar às armas legalistas e quando de todo livres da perseguição que se desencadeava com as descargas, pela distância em que se achavam, deixavam cair as armas, lembrando dessa intrepidez que se anulou momentaneamente ao peso da covardia daqueles mesmos que pouco tempo antes protestavam firmeza até a morte. Foi assim que se frustrou o primeiro movimento impulsionado pelos escravos em prol da liberdade. Nessa luta de um dia, escoou-se o fruto de uma conjuração embrionária que talvez com melhores elementos não ficasse limitada a uma única refrega. Em nada porém prejudica isso o valor histórico e social que o fato oferece. Se como consequência deste feito recrudesceu a tirania que tornou a sorte do escravo muito mais precária, assinalemos também uma vantagem paralela: formou-se no ânimo do escravo mais entranhado ódio contra a opressão” (p. 64-65).

O sufocamento

“A tremenda revolta que durou apenas dois dias estava sufocada. As notícias transmitidas à capital até o dia 26 anunciavam que a paz pública do Queimado, Cariacica e Itapoca fora restabelecida, muito embora contingentes de tropas permanecessem em atitude bélica” (p. 67).

“A insurreição tinha evidentemente desabado: a justiça começou a agitar-se por entre os dois instrumentos que a predileção da civilização escolheu para tomar o peso aos delitos dessa espécie. A força e o pelourinho, como fatos oriundos de uma só ideia, não tardavam a se dispor para desagrar a justiça” (p. 67-68).

“O capitão Antônio era o comandante em chefe dos batedores de mato; logo que a primeira expedição chegou ao Queimado, cumprindo as ordens detalhadas na Serra, 30 escravos foram justicados particularmente, o que quer dizer que o guerrilheiro entregava aos senhores indignados as vítimas apanhadas a tiro para ser feita a justiça do ‘carro’ e do ‘vira-mundo’. Consumado o primeiro castigo, foram os escravos solidamente ligados e remetidos para a capital” (p. 68).

“Enquanto os instrumentos de suplício aguardavam as vítimas, o capitão Antônio Pinto percorria as fazendas buscando os insurgentes que tinham regressado à casa dos senhores. Espalhados pelo mato, após os reveses do dia 20, muitos escravos erravam pelas montanhas fugindo às perseguições que julgavam consequentes ao movimento insurrecionário. Pela necessidade de prover a existência com meios não encontrados no interior das serras, não raro

acontecia virem ter com homens que os aconselhavam como medida de reconciliação a volta para a obediência do cativo. Impressionados com os assustadores boatos das guerrilhas, os escravos, quase que em sua totalidade, inclusive os chefes, cederam à imprudência do conselho, afetando humildade e resignação” (p. 68).

“Era a pista de Carlos que Antônio seguia. Embora não o tivesse encontrado no sítio apropriado, foi ter às fazendas dos irmãos de Clímaco e aí aprisionou não só Carlos, como Elisiário e João. Retrocedeu para o Queimado e conseguiu com custo apoderar-se de João da Viúva Monteiro e Chico Prego. As expedições da Serra tinham dado em resultado prisões importantes que elevaram a 36 o número dos insurgentes sob ação da justiça civil” (p. 69).

“O pelourinho era um agente da lei para os efeitos que a lei chama ‘açoites’; o chicote era um agente da justiça particular, variável conforme o grau da ira de cada um, para os efeitos da ‘surra’” (p. 71).

“Enquanto os vencedores não poupavam meios para inutilizar de uma vez a revolta extinta, os vencidos chegavam nas prisões da cadeia civil ao auge da exasperação. A viagem forçada que a tropa agravava por um tratamento ultrasselvagem, os cruéis castigos aplicados, já pelos senhores, já pelo capitão

Antônio e seus sequazes, tinham gerado moléstias graves em muitos, ferimentos em alguns, dores e desesperos em todos. Os soldados tinham se excedido evidentemente na missão de guardas da paz pública. A presidência ordenou nessa emergêcia que na própria cadeia fossem tratados, devendo para isso socorrê-los a botica, o cirurgião e a enfermeira da Santa Casa, cujo provedor oficiou, dizendo terminantemente que não convinha a transferência dos doentes, por motivo nenhum” (p. 73).

O julgamento

“A urna que fornecia a lista dos cidadãos jurados parecia ter feito pacto secreto com os ódios fomentados: a cada volta fazia saltar um nome dentre os que maior interesse tinham na decisão da causa. Essa coisa inexprimível que o paganismo cunhou com dois ilimitados e vagos – acaso e sorte – nunca pôde ser oportuna na perseguição, como aí; se bem que (talvez por contraste) um resto de compaixão tomasse lugar com dois ou três sorteados” (p. 77).

“Aproximava-se vertiginosamente o minuto fatídico: os insurgentes viam desaparecer o último resquício de esperança. Separados pelos muros da prisão, uns dos outros, distanciados do convívio de seus companheiros de labores e de lutas em nome

da ordem pública resguardada pela lei, lembravam-se com pesar do infortúnio que os tinha fascinado com promessas pérfidias. Sobre Elisiário convergiam as execrações dos infelizes todos que começavam a sofrer com a dureza das leis” (p. 77-78).

“João da Viúva Monteiro continuava a mesma predisposição que o levou a aderir ao movimento; ansiava, porém, pela companhia de seu único chefe, de cuja coragem nunca pôde duvidar. Chico Prego, que da Serra veio escoltado por uma numerosa guerrilha, foi incorporado ao primeiro na prisão. Impassível, frio, sem trair uma comoção de susto sequer, o rebelde parecia interiormente satisfeito com a sorte que o aguardava. Se o movimento insurrecional não o fizesse herói, a coragem da morte sagrá-lo-ia. O insurgente tinha um conhecimento nítido do seu valor; ele sabia que conspirando ofendia a ordem, mas também sabia que conspirava para ser livre. Por isso, era calmo, frio e resoluto” (p. 78).

“A defesa foi brilhantemente desenvolvida pelo advogado dr. João Clímaco de Alvarenga Rangel, que concluiu pedindo a absolvição dos 38 acusados presentes à barra do tribunal, e a punição de frei Gregório, como o único capaz de receber a imputação do crime” (p. 79).

As penas

“O magistrado que presidia a sessão, em virtude das respostas do conselho de sentença, absolveu seis dos insurgentes, condenou cinco à última pena e os outros a açoites que variavam de mil a trezentos” (p. 80).

Os suplícios

“Os insurgentes que tinham sido condenados a açoites foram justicados antes que voltasse a decisão do recurso interposto a favor dos cinco primeiros. Um velho amigo que foi presente aos suplícios expressiu-se assim nos apontamentos que nos ofereceu: ‘Os companheiros de sorte (na disputa da liberdade natural contra o roubo dela) sofriam os açoites publicamente na praça do cais junto da alfândega, aos sentidos ais e clamores regados de sangue, fazendo súplicas ao nosso criador...’” (p. 80).

“O pelourinho precedeu a força na flagelação das vítimas” (p. 80).

“A justiça social esbofou-se em procurar algozes possantes que tornassem o castigo mais completo e em tão boa hora o fez que escolheu alguns à feição” (p. 80).

“Matilhas de cães afluíam aos lugares do suplício para sorver o sangue que porejava das chagas abertas pelo látigo. A sede dos canibais emparelhava com a sanha dos executores; disputando com fúria o maior quinhão da

presa, os grunhidos estridulosos dos cães confundiam-se com a imprecação dos carrascos” (p. 81).

“Os gritos de dor dos justicados semelhavam notas agudas irrompidas de um coro medonho. Mas nem assim se entibiavam os movimentos dos algozes: à sanha d’instantes, sucedia agora a expansão de quem entoava um hino. O látigo agitava-se com celeridade dupla; dir-se-ia que o regente dessa sangüinária orquestra tinha pressa em acabar a partitura desumana” (p. 81).

“Em geral a vítima passava das mãos do executor da lei para o leito do hospital e aí recebia a tuberculose para conduzi-lo à cova” (p. 81).

“Enquanto apaziguava-se o clamor social com tão solene satisfação, a imprensa entoava essa melopeia: ‘Reuniu-se no dia 31 de maio findo, no paço da câmara municipal o júri extraordinário para julgar o processo instaurado contra os negros do Queimado e tendo-se conservado em sessão permanente até o dia 2 de junho, às 10 horas da manhã, sentenciou 5 à pena última (força) como cabeças, absolveu seis e condenou o resto (25) a açoites. Faltam ainda ser julgados quatro que estão foragidos e se acham pronunciados no art. 113 do código criminal” (p. 81).

As execuções

“A clemência imperial julgou acertado confirmar a decisão do júri. O ministro da justiça já anteriormente (por aviso de 28 de junho) havia dado as regras que a execução merecia e o presidente enviava ao chefe de polícia cópia do aviso que finalizava mandando que a execução de Chico Prego se fizesse na Serra e a de João, no Queimado, como exemplo a futuros cometimentos, visto serem estes os lugares onde cada um dos rebeldes gozava de maior influência” (p. 83).

“Depois de feita a última unção religiosa, Prego de mãos atadas galgou os degraus da escada, seguido do carrasco; em seguida o executor passou-lhe a corda ao pescoço, tendo antes ligado à trave o instrumento mortífero, impeliu o rebelde para o espaço e arrimado à corda cavalgou no pescoço do negro, apoiando nas mãos ligadas os pés para fazer maior pressão. Alguns momentos depois era a corda cortada e atirado no chão o corpo; como, porém, ainda não tivessem cessado as agonias, o executor lançou mão de um madeiro que se achava ao lado da forca e esmagou as partes, o crânio, os braços e as pernas do justicado” (p. 84).

“Após a tirania da lei, a selvageria do homem; é assim que se opera a fusão do juiz no aguazil. A

manhã conservava-se clara; o sol derramava uma luz abrasadora. Estava feita a missão da justiça: a autoridade sentia-se restituída à amplitude de seu poderio arbitrário. Às janelas abertas desde o começo da execução, mantinham-se em agradável composição velhos e moços. Ali acenava-se para a tripeça homicida como para um bom exemplo de correção. O acompanhamento mortuário parecia triste pela célere terminação da cena. Quantos não sentiam desejos de pedir ‘bis’. Aquilo era um fruto do tempo, e por isso não tinha travos. O sol erguia-se e cada vez mais intensos os seus raios escaldavam por uma revolta da natureza, a face da multidão ignorava que se fartava do espetáculo” (p. 84).

“João da Viúva Monteiro recebia na povoação do Queimado igual prêmio à sua audácia. Esse Ananias, que havia adestrado o pulso no manejo do látigo nos açoites, era o grande corvo sempre ao faro das vidas. Após a execução de Prego, fez a de João, com as mesmas formalidades, com os mesmos aparatos. Nada faltou ao cerimonial mortuário; apenas a multidão foi menos numerosa e os espectadores mais humanos. João sofreu os flagelos da carne e do espírito; triturado, ralado, quase desconjuntado, viu na força o termo das mortificações. Quando o carrasco o impeliu, fez ecoar um ‘ah!’ tão profundo e íntimo

que parecia uma saudação à morte, porque o restituía à liberdade do túmulo” (p. 84-85).

Os fugitivos

“Os fugitivos tomaram direções opostas; os galés embrenharam-se pelos sertões da Serra e os três insurgentes se encaminharam para as cercanias do Queimado. Mais tarde quando o correr dos anos foi-se apagando o ódio que a conjuração tinha excitado, e a vida errante das matas agravava a posição precaríssima dos infelizes escravos, foram pouco a pouco se aproximando das fazendas onde tinham deixado afeições de parentesco. Como, porém, conhecessem a situação em que deviam encontrar os ânimos dos senhores, evitavam os encontros e só à noite, ocultos por toda sorte de vigilância, relacionavam-se com os escravos companheiros de jugo” (p. 85).

“Alguns outros que se conservavam a salvo do encalço dos capitães do mato não permaneciam por muito tempo em um lugar. [...] Aterrorizados pelas ameaças, de novo voltavam à vida incerta e errante” (p. 85-86).

A memória de Carlos

“Domingos (Corcunda) e João (Pequeno), Elisiário e seu irmão João morreram no isolamento das montanhas vitimados simultaneamente pela tuberculose e anemia. Carlos logrou sobreviver aos companheiros.

[...] Restituído à vida ora tranquila do protegido, ora nômade do rebelado, atravessou Carlos a metade da existência pelos ínvios recantos das matas. Em todo esse longo fadário, nunca ergueu mão ameaçadora para ferir. Alquebrado pelas fadigas e pelas moléstias adquiridas através das serras, perdura como um monumento que a história conserva para lembrar a malograda conjuração, cuja aurora se extinguiu neste efêmero movimento conhecido pela Insurreição do Queimado” (p. 86).

A palavra do frei

“Eu frei Gregório, indigníssimo ministro da Cruz, juro diante deste verdadeiro Deus e verdadeiro Homem, e chamo ele em testemunha da minha inocência (na grande e maliciosa aleive que os negros cativos levantaram-me no Queimado e na cidade de Vitória diante das autoridades), juro, repito de novo, que não fui causa, nem aconselhei a eles o motim, que fizeram no dia de São José 19 do corrente. [...] Porém, eu confio neste Deus escondido debaixo dos véus sacramentais que há de defender minha inocência, e confundir os meus aleivosos inimigos. Deus lhes perdoe, e use com eles misericórdia. Fr. Gregório José Maria de Bene. Nova Freguesia de São José do Queimado.” (p. 90-91).

2.4 A esperança como razão

Em meio à esperança acesa por inúmeras possibilidades e promessas labirínticas de libertação, “Insurreiçãõ do Queimado” evidencia a tragédia do escravagismo como base de uma sociabilidade naquilo que ela tem de mais ordinário, o cotidiano.

Nessa ignóbil marcha dos dias, apesar de tudo, deixa a nu como a brutalidade e a barbárie do cativo não conseguem sufocar uma das marcas mais renitentes do existir humano, a esperança. Descobre como que, para quem nada tem, ainda resta a esperança – ou só a esperança.

E como que, no desespero dos despossuídos de vida digna, a esperança se vê e se nutre no campo de tênues possibilidades e até mesmo de ilusões e manipulações pervasivas.

Atribui-se a Borges que “a esperança é o mais sórdido dos sentimentos”. Que seja, posto que reside na falta e se nutre de desejos muitas vezes irreconciliáveis. Que seja, posto que nasce da dor, da angústia e do desespero, no mais das vezes.

Mas, relativamente à esperança, não se lhe pode negar a irmandade com os sonhos, o parentesco com a imaginação, a inspiração e a certeza de uma

fé. Também não se lhe pode negar o papel de motor da vida – ainda que a estação final seja a morte, o suicídio, o suplício, como em Queimado.

De toda sorte, resta a distinção da esperança como o combustível da história e como farol a projetar um horizonte bom, fundado inclusive nos aprendizados de experiências de esperanças maltratadas e vilipendiadas, como em Queimado.

Queimado foi um dia um lugar de toda esperança. Das esperanças de liberdade cultivadas por seres humanos escravizados guiados ao trabalho a serviço da fé que lhes redimiria do desumano cativo.

Na obra da Igreja de São José do Queimado (1845-1849), operavam crentes de uma liberdade concreta, ao alcance de mãos calejadas puxando corpos exaustos, mas vivificados pela esperança de vida digna.

Quase dois séculos depois da trágica ruína dessa esperança de liberdade, desaguada em mortes e suplícios, ademais do Sítio Histórico do Queimado, a obra de Afonso Cláudio é um lugar de memória estabelecido para inspirar a esperança, e a luta, por novos tempos possíveis.

Que aprendamos com Queimado a nos distanciarmos daquilo que em nós corrói a humanidade. Que as memórias da Insurreição do Queimado sejam sinal

de nossa teimosia em esperar – sonhar e lutar pela emancipação e pela dignidade para todas e todos.

Seja pelos aprendizados da memória viva de um passado desprezível e vergonhoso, seja pela memória da força da esperança em nossas vidas, que Queimado nos inspire a cada vez mais investir na liberdade, na fraternidade e na igualdade como fundamentos de um tempo que enxergue na diversidade da vida nosso maior valor como humanos.

Afinal, a maior distinção da esperança é mesmo o fato de ela ser a razão do futuro.

Capítulo 3

**JORNALISTA E PIONEIRO
NO LIVRO-REPORTAGEM**



Advogado, literato, abolicionista, republicano... Esses, entre outros predicados, fizeram de Afonso Cláudio um dos jornalistas mais atuantes da vida capixaba na segunda metade do século XIX. Conforme afirma Mello (1959, p. 103), Afonso Cláudio

foi um trabalhador mental incansável, tendo começado a produzir desde os tempos do preparatoriano, militando na imprensa. Colaborou, se não com todos, mas na quase totalidade dos jornais de sua terra, tendo também escrito em órgãos pernambucanos, cearenses, cariocas e fluminenses. Em muitas revistas publicou trabalhos sobre variados assuntos.

Note-se que a incursão de escritores e intelectuais de modo geral nos afazeres jornalísticos, de quaisquer matizes político-ideológicos, era uma realidade nacional, conforme relata Lima (2004, p. 174), citando Machado de Assis, José de Alencar, Gonçalves Dias, Manuel Antônio de Almeida e Joaquim Manuel de Macedo.

Além desses autores, também citando Visconde de Taunay, Raul Pompeia, Rui Barbosa, Aluísio de Azevedo, entre outros, Sodré (1999, p. 246) salienta, acerca do jornalismo no Império, que “os homens de

letras viviam praticamente da imprensa: ela é que lhes permitia a divulgação de seus trabalhos e o contato com o público”.

Sodré também explica que, com a prática de os jornais publicarem folhetins, escritos por autores estrangeiros e nacionais, abriu-se nos diários espaço para a publicação seriada de obras basilares da literatura nacional, tendo em vista que

as editoras brasileiras, na segunda metade do século XIX, quando começou a existir público para a literatura, e ainda bastante limitado, mandavam imprimir no exterior, em Portugal, na França, na Alemanha. Essa norma entrou pelo século XX adentro. A impressão de livros aqui era exceção e não a regra.

Vale dizer que, enquanto o campo do jornalismo⁴ (negócio específico com uma deontologia própria que se ia estabelecendo em torno da invenção do texto noticioso como portador das verdades factuais que ajudariam a organizar a vida cidadã e democrática) se firmava no mundo industrializado e urbano, por aqui ainda se implementava o que Sodré (2009, p. 24) nomeia como “publicismo ou jornalismo de opinião”.

⁴ Cf. BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

O jornalismo fundado no texto noticioso e na reportagem como hoje conhecemos só se consolida no Brasil em meados do século XX, mas tal fato não torna desimportante aquele jornalismo praticado numa lógica de “produção artesanal, periodicidade irregular e textos fortemente polêmicos”, conforme considera Sodré (2009, p. 25)⁵ acerca dos primeiros tempos da atividade no País.

Nesse sentido, por exemplo, o jornalismo dos primórdios da imprensa capixaba firmou-se decisivo para o movimento antiescravista e republicano, do qual Afonso Cláudio foi um dos precursores e maiores atores, tendo sido nomeado o primeiro presidente do Estado, após a Proclamação da República.

Pode-se dizer, em verdade, que a imprensa espírito-santense cresceu juntamente com a geração de Afonso Cláudio e seu ilustre parceiro de causas, e também no jornalismo, Muniz Freire, o primeiro presidente eleito do Espírito Santo.

⁵ Para Sodré (2009, p. 24), “notícia é o relato de algo que foi ou que será inscrito na trama de relações cotidianas de um real-histórico determinado”, “cuja identidade mercadológica se configura a partir de meados do século XIX, no momento de transição do publicismo ou ‘jornalismo de opinião’”. Esse texto foi determinante à constituição de uma “‘imprensa comercial’, organizada em bases industriais, logo voltada para um público massivo, suscetível de assegurar grandes tiragens e assegurar o lucro” (p. 25).

Para melhor entender essa história, vale uma contextualização. Assim, esclarece-se que a inserção tardia do Espírito Santo nos processos de desenvolvimento socioeconômico e político nacionais coloca-se também na questão comunicacional.

No Brasil, o marco inaugural das comunicações é a chegada da família real portuguesa ao País em 1808. Mas, nas terras capixabas, só se teve notícia do primeiro jornal em 1840, com *O Estafeta*, que ainda por cima só publicou um único número. Alguma regularidade só mesmo em 1849, com o *Correio da Victoria*.

Com 32 anos de atraso na cronologia dos periódicos pioneiros em todo o País, o Estado só fica na frente de Amazonas e Paraná, que se tornaram províncias do Império somente em 1850 e 1853, respectivamente (GONTIJO, 2004). Esse é mais um capítulo da história capixaba a comprovar que o Estado experimenta uma coleção de “atrasos” com relação a vários aspectos do desenvolvimento nacional.

Até 1840, a província capixaba não contava com nenhuma tipografia e os poucos veículos que circulavam eram manuscritos. *O Estafeta* surge naquele ano, viabilizado pela instalação de uma gráfica, com forte dependência dos recursos dos Poderes Públicos, a quem prestaria serviços de divulgação de atos oficiais. Não passou do primeiro número.

Segundo relata Bittencourt (1998), a volta do impresso ocorreu apenas em 1849, com a criação do *Correio da Victoria*, que sobreviveu 24 anos. O primeiro jornal diário, *A Província do Espírito Santo*, só foi circular em 1882 – este justamente o veículo por meio do qual Afonso Cláudio publicou “Insurreição do Queimado”, conforme descrito no Capítulo 2.

Como mostra essa chegada tardia dos diários ao Estado, a expansão dos jornais deu-se principalmente com a sua vinculação à causa republicana, no final do século XIX. Tratava-se de uma tendência, pois as batalhas pelo protagonismo político vão marcar a ampliação dos impressos ao longo de toda a primeira metade do século XX.

Foi somente a partir dos anos de 1870 que o campo do jornalismo se colocou incipientemente nas terras capixabas, garantindo uma certa pluralidade de vozes no cenário socioeconômico e político local, com uma pauta focada em temas cruciais à época: o escravagismo e o movimento republicano.

Nesse sentido, o regime escravista tinha defensores e detratores na imprensa capixaba. Os conservadores, representados pelo *O Espírito-Santense*, e o liberais, mobilizados por *A Província do Espírito Santo* – que publicou “Insurreição do Queimado” –, usavam editoriais e matérias para defender seus pontos de vista.

Os conservadores utilizavam as narrativas sobre segurança pública e dependência econômica da mão de obra escravizada para defender o trabalho cativo. O principal argumento dos liberais era, além dos preceitos humanistas e filosóficos, a alternativa da atração de imigrantes europeus para dar um novo impulso à economia estadual.

Ou seja, o ideário republicano e a luta pela instalação do regime no Brasil tiveram, no Espírito Santo, uma companhia siamesa: o jornalismo. Os clubes republicanos e os idealistas lançavam mão da imprensa para fazer a propaganda da sua causa e apontar as falhas da monarquia. *O Cachoeirano* e *A Tribuna*, ambos do Sul capixaba, o foco de propagação das ideias republicanas no Estado, foram os grandes porta-vozes da causa.

O Cachoeirano, fundado em 1877, tornou-se “órgão republicano”, tendo sido espaço para fomento do clube republicano de Cachoeiro de Itapemirim. Em seu livro “História da Propaganda Republicana no Estado do Espírito Santo”, o próprio Afonso Cláudio, que escrevia artigos para o impresso, reporta o convite para a sessão inaugural do clube, publicado no jornal:

está definitivamente marcado o dia 23 do corrente, para a reunião de todos os cidadãos de crenças republicanas, a fim

de fundarem o clube republicano desta vila. [...] Sendo do programa do partido, a grande naturalização e o sufrágio universal, podem ser sócios do clube nacionais e estrangeiros, eleitores ou não, desde que tenha atingido a idade de 21 anos (ROSA, 2002, p. 31).

Cada clube republicano, fórum da sociedade civil para defesa das ideias e oportunidades da República, tinha seus impressos, ainda que de circulação irregular, para fazer ecoar seus ideais de norte a sul capixaba. A primeira unidade no Estado foi exatamente a fundada em 23 de maio de 1887, em Cachoeiro de Itapemirim, tendo como um dos membros Afonso Cláudio, que presidia o clube de Vitória e fomentava a abertura de tantos outros, interior afora.

A Tribuna, fundada em 02 de fevereiro de 1889, em Benevente, atual Anchieta, também no sul capixaba, justamente a partir da compra da tipografia do jornal conservador *A Regeneração*. Segundo reporta Afonso Cláudio – em seu livro supracitado –, *A Tribuna*, do qual também era colaborador,

foi de grande eficácia o jornal de Benevente, não só porque consolidou os elementos republicanos que mais tarde adquiririam coesão e formaram um valioso núcleo eleitoral, senão também

porque foi o instrumento mais enérgico da defesa de seus direitos, que os nossos amigos e correligionários podiam opor à prepotência dos mandões locais e da desoladora situação política que governava o país (ROSA, 2002, p. 43).

Como reporta Abib (2008, p. 95), a movimentação política se deu mais concentradamente nas áreas de influência de Cachoeiro de Itapemirim, por ser o sul capixaba “o epicentro político e econômico do Estado”, e também da capital, Vitória, onde, por exemplo, no dia 09 de abril de 1888, Afonso Cláudio e Muniz Freire, por meio de boletim impresso distribuído nas ruas da cidade, convocavam para o “*meeting* água e luz ao povo”:

Convida-se o povo a comparecer hoje, às 7 da noite, à rua do Comércio, em frente ao Clube do Comércio para em massa ir ao sr. Presidente da Província pedir providências e medidas prontas a respeito do abastecimento d’água, bem como contra o péssimo serviço de iluminação pública. São procuradores do povo os Drs. Muniz Freire e Afonso Cláudio.

Para se ter uma ideia da vinculação entre o jornalismo e o republicanismo, relembra-se que, imediatamente após a Proclamação da República, assume o

poder Afonso Cláudio, republicano de primeira hora e também colaborador de jornais. E que o primeiro governador eleito do Estado foi Muniz Freire, jornalista e fundador de vários jornais politicamente engajados com a defesa da República no Brasil.

Seja em boletins ou folhetins esporádicos, seja em grandes jornais de publicação regular, Afonso Cláudio tinha uma intensa atividade jornalística pautada pela causa antiescravista e republicana. É nessa trajetória político-intelectual, que ele lança seu primeiro livro, “Insurreição do Queimado”, concluído em 1884.

O livro foi publicado, no ano seguinte, pela *Província do Espírito Santo*, que, conforme salientado no Capítulo 2, dedicava, nas edições dominicais, a página de capa inteiramente às letras. Segundo reporta Ribeiro (2007, p. 42), a historiografia capixaba registra “a repercussão provocada nos assinantes e nos abolicionistas, com artigos elogiosos e cartas dirigidas ao autor e à redação do jornal”.

Nessa direção é que, também ancorado em sua prática jornalística, tão exercitada em tempos políticos conturbados como aqueles, que aqui se defende a ideia de que, à moda de seu tempo, Afonso Cláudio escreveu um pioneiro livro-reportagem, ressaltando-se, ainda, o fato há pouco anotado de que à época os livros eram mesmo publicados nas páginas dos jornais.

Ademais, salienta-se que “Insurreição do Queimado” também apresenta marcas narrativas que dialogam com conceituação contemporânea de livro-reportagem, como se pode ver a seguir, constituindo-se, como aqui se defende, a publicação precursora na formatação do gênero entre nós.

3.1 O livro-reportagem

“Insurreição do Queimado” é mais um daqueles casos em que os fatos ocorrem antes de sua conceituação ou descrição. Assim, o livro de Afonso Cláudio é um precursor da narrativa de natureza jornalística de longo curso, focada em acontecimento relevante e de ampla repercussão nas ondas do seu tempo, ou seja, um livro-reportagem, configurado antes mesmo que esse significante houvesse sido inventado.

Nesse sentido, Belo (2006, p. 19) afirma que “o livro-reportagem não tem, a rigor, uma data de nascimento. Muito antes de seu conceito ser empregado nos círculos acadêmicos ou nas rodas de jornalistas, centenas de narrativas de não ficção já haviam sido publicadas”. Não obstante, acha que “é possível estabelecer um ponto de partida aproximado: a reportagem em livro começou a ganhar força como subgênero da literatura na Europa do século XIX”.

Vale registrar que Afonso Cláudio concluiu seu livro em 1884, apenas um ano após finalizar sua formação em Direito, com aulas em São Paulo e em Recife, centros de conexão efervescente em torno dos pensamentos e das práticas intelectuais da Europa. Ademais, Afonso Cláudio, conforme relatado no Capítulo 1, era entusiasta participante de encontros e fóruns da juventude brasileira pautada pelas ideias humanistas oriundas da Europa, notadamente nas questões ligadas ao republicanismo moderno e seu ideário.

Já colaborador ativo da imprensa, que corriqueiramente publicava folhetins como meio de angariar audiência (SODRÉ, 1999), não parece inapropriado afirmar que Afonso Cláudio percebesse nas páginas dos jornais um espaço para ir além das usuais novelas e romances, expandindo a reportagem para as possibilidades do livro, conforme se testemunhava no continente europeu.

Avançando na conceituação, de acordo com Edvaldo Pereira Lima (2004, XIV), livro-reportagem é um “veículo multidisciplinar de comunicação capaz de integrar elementos do jornalismo, da literatura, da antropologia, da sociologia, da história e da psicologia”. Como não enxergar aqui a própria descrição de “Insurreição do Queimado” e seu enredo socioeconômico e político-cultural?

“Acima de tudo, porém, o bom livro-reportagem é simplesmente um excelente meio de narrar histórias e registrar a história”, segue Lima, para, mais uma vez nos ofertar a certeza de que se trata a obra inaugural de Afonso Cláudio um exemplar a dialogar fortemente com esse gênero, ao narrar o principal levante contra a escravidão nas terras capixabas, inclusive com eco nacional.

Conforme Lima (2004), o livro-reportagem é um gênero estabelecido na primeira metade do século XX no Hemisfério Norte, tendo em vista que a

reportagem começa a se esboçar definitivamente no jornalismo, atrelada a um novo veículo de jornalismo de comunicação periódica criado nos anos 1920, e a uma nova categoria de prática da informação jornalística, que tem seus primeiros passos definidos também nessa época: a revista semanal de informação geral e o jornalismo interpretativo (p. 18).

A grande reportagem das revistas tem no jornalismo interpretativo um de seus mais decisivos elementos. O jornalismo interpretativo, reporta,

Busca não deixar a audiência desprovida de meios para compreender seu tempo, as causas e as origens dos fenômenos que presencia, suas consequências

no futuro. Vai fundamentar sua leitura da realidade na elucidação dos aspectos que em princípio não estão muito claros. Almeja preencher os vazios informativos (LIMA, 2004, p. 20).

Ou seja, sempre de acordo com Lima (2004), o jornalismo interpretativo trabalha com “o contexto”, “os antecedentes”, “o suporte especializado” (entrevistas, testemunhos etc.), “a projeção”, “o perfil” (humanização, tendo o sujeito como foco central). Novamente, como não perceber aqui uma descrição de “Insurreição do Queimado”?

Observando que sua concepção de livro-reportagem “guarda uma ligação estreita” com o jornalismo, em especial aquele “de profundidade, analítico, mais crítico”, Belo (2006, p. 41), considera o gênero como

um instrumento aperiódico de difusão de informações de caráter jornalístico. Por suas características, não substitui nenhum meio de comunicação, mas serve como complemento a todos. É o veículo no qual se pode reunir a maior massa de informação organizada e contextualizada sobre um assunto e representa, também, a mídia mais rica – com exceção possível do documentário audiovisual – em possibilidades para a experimentação, uso da técnica

jornalística, aprofundamento da abordagem e construção da narrativa.

Aqui, mais uma vez, uma leitura conceitual perfeitamente aplicável à obra de Afonso Cláudio, com seu propósito de reunir o maior número de informação contextualizada sobre a revolta de Queimado, constituindo-se uma narrativa densa e potente ao vislumbre dos fatos e das contingências socioeconômicas e político-culturais da época.

Lima (2004, p. 26) apresenta uma definição bastante assertiva do que define como livro-reportagem, para, em seguida, fazer uma distinção deste com relação às demais publicações classificadas como livro. Nessa direção,

Entendendo a reportagem como a ampliação da notícia, a horizontalização do relato – no sentido da abordagem extensiva em termos de detalhes – e também sua verticalização – no sentido de aprofundamento da questão em foco, em busca de suas raízes, suas implicações, seus desdobramentos possíveis –, o livro-reportagem é o veículo de comunicação impressa não-periódica que apresenta reportagens em grau de amplitude superior ao tratamento costumeiro nos meios de comunicação jornalística tradicionais. Esse “grau de amplitude supe-

rior” pode ser entendido no sentido de maior ênfase no tratamento ao tema focalizado – quando comparado ao jornal, à revista, aos meios eletrônicos – quer no aspecto extensivo, de horizontalização do relato, quer no aspecto intensivo, de aprofundamento, seja quanto à combinação desses dois fatores.

No cotejo com os demais tipos de livros, Lima (2004, p. 27-28) faz comparações quanto ao “conteúdo”, ao “tratamento” e à “função”. Nesse sentido, afirma que os conteúdos dos livros-reportagem correspondem necessariamente “ao real, ao factual”. Percebe que o tratamento (linguagem, montagem, edição), “apresenta-se eminentemente jornalístico”. E nele enxerga a função de aprofundar, horizontal, vertical e qualificadamente, os objetivos do jornalismo cotidiano, quais sejam, “informar, orientar, explicar”.

Nesse enquadramento conceitual desse “gênero da prática jornalística” (LIMA, 2004, p. 62), pode-se ver nitidamente a obra incomparável de Afonso Cláudio, com sua devoção a um fato real de absoluta relevância sociopolítica; sua formatação nos moldes jornalísticos de então, mas também dialogando com alguns aspectos da deontologia atual; e, por óbvio, sua intenção extraordinária de “informar, orientar, explicar”.

Conforme já salientamos, a proximidade entre literatura e jornalismo, seja por afinidade de linguagens, seja por personagens que atuavam nos dois campos ao mesmo tempo, era uma realidade no século XIX. Afonso Cláudio é um exemplo desse fato nas terras capixabas.

Mas, mesmo depois, de o campo do jornalismo ter-se firmado, há mais de um século, literatura e jornalismo não se abandonam, especialmente no formato livresco. Conforme Lima (2004, p. 173), “de todas as formas de comunicação jornalística, a reportagem, especialmente, em livro, é a que mais se apropria do fazer literário”.

Ou seja, tanto antigamente como hodiernamente, temos entre literatos e jornalistas, entre jornalismo e literatura, uma parceria pródiga, como bem demonstra “Insurreição do Queimado” e seu autor, Afonso Cláudio.

Nessa direção, Lima (2004, p. 212) narra o exemplo de Euclides da Cunha, que faz cobertura jornalística da Guerra de Canudos, para o jornal *O Estado de S. Paulo*, a partir de agosto de 1897, e em 1902 lança “Os Sertões”, num trabalho “com tal afinco e com tal qualidade que não se pode deixar de reconhecer, em seu texto, o prenúncio do potencial futuro reservado à reportagem pura em forma de livro”.

O pesquisador evita cravar a publicação de Euclides da Cunha como um livro-reportagem *stricto sensu*, afinal, sua pesquisa busca exatamente a definição conceitual do termo “livro-reportagem”. Mas, como bem mostram as palavras recém-citadas, ele o define como um “desbravador de fronteiras de narrativa”, definitivo para o “futuro desenvolvimento do livro-reportagem no Brasil” (LIMA, 2004, p. 217–218).

Belo (2006, p. 22) reporta que o jornalista John Reed – “México rebelde” (1914) e “Dez dias que abalaram o mundo” (1919) – é apontado “como pai do livro-reportagem moderno”. Também citando Paulo Barreto, “conhecidíssimo como João do Rio”, na primeira década do século XX, afirma que “não quer dizer que [o estadunidense] tenha sido o primeiro. Não faltam relatos de não ficção anteriores a ele [Reed]. Pelo menos um deles no Brasil, “Os Sertões”, de Euclides da Cunha”.

Retrocedamos no tempo, a 1884, portanto, 18 anos antes de “Os Sertões” e suas raízes da reportagem como livro entre nós, e poderemos dizer que Afonso Cláudio, no contexto de jornalismo de então e nas condições de apuração pós-fato – a revolta em Queimado se registrou em 1849 –, escreve mesmo um livro-reportagem em essência, ainda

que sem algumas das marcas que o desenvolvimento do jornalismo e seus gêneros experimentaria no século XX.

Não somente porque foi escrito por um jornalista, mas também e fortemente por isso, “Insurreição do Queimado” é um grande esforço de reportagem, de descrição, contextualização e elucidação histórico-factuais, entregue com destemor em formato de livro à posteridade capixaba e brasileira.

Um livro-reportagem escrito por um homem de raro brilhantismo intelectual e de providencial disposição para atuar em favor dos ideais republicanos – que ainda tanto demandam de todos nós mais de um século depois.

Um livro escrito como “um instrumento de conhecimento”, apto a propiciar ao grande público “formas próprias, novas, de entendimento”, no que “presta um grande serviço à sociedade”, conforme bem descreve Lima (2004, p. 359) este gênero.

Para Lima (2004, p. 359), o livro-reportagem “transporta, para grandes audiências, o conhecimento avançado disponível em círculos fechados, e o faz com a melhor arma do jornalismo de profundidade”, ou seja, com “linguagem acessível, atraente, afinada ao propósito da divulgação”. Dessa

sorte é que "o livro-reportagem cumpre uma importante função educativa".

Esse foi o caminho e é o mérito de Afonso Cláudio em "Insurreição do Queimado", ao narrar, com seus talentos de jornalista, jurista, intelectual e literato, o fato de um acontecimento histórico algo revelador da vida de então e algo importante para a reinvenção, em termos republicanos, da vida de agora e depois, seja nas terras capixabas, seja em nosso Brasil.

Posfácio

“LUGARES DE MEMÓRIA”



Este livro, assim como o de Afonso Cláudio, que se comemora com este, constitui um lugar de memória, conforme salientamos na Introdução. E ele se faz porque Queimado é memória capixaba, sim. Mas, Queimado não é passado.

Numa sociedade desigual, Queimado ecoa no presente e jamais deve ser olvidado se quisermos saber mais acerca do que fomos, somos e podemos/devemos ser. Assim, como memória, Queimado não é coisa do passado. Pela memória, Queimado torna-se presente como elemento crítico de nossa identidade e de nosso futuro.

Num processo dinâmico de silenciamento e evidenciação de vestígios, a memória é elemento inserido no jogo de poder que faz caminhar a humanidade. Nesse sentido, deve-se ter claro que memória não é coisa do passado, mas artimanha do presente, resultante do processo de lembrar e esquecer o que passou, tendo em vista o que virá.

O passado pode ser observado e narrado de diferenciadas formas. Um fato concreto pode suscitar, pois, diversas memórias. Depende de como foi registrado no tempo próximo de seu acontecimento e, principalmente, do tempo de quem o relembra, de quem o relê e o reconta. Como afirma Michael Pollak (1989, p. 9), a memória é “uma operação

coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar”.

E aqui importa destacar que a memória é sempre um processo coletivo, pois mesmo aquela mais peculiar a cada indivíduo compõe-se de elementos constituídos socialmente e da mesma forma recuperados das sombras do que passou pelo foco de luz acionado por estímulos comunitários. Tanto na sua matéria-prima como na sua motivação, a memória é obra da coletividade, mesmo que seja individual. “A memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”, afirma Halbwachs (1990, p. 51).

Destaca-se também que memória não é algo pronto e acabado, cristalizado. No processo dinâmico de constituição, mixagem e superação de sociabilidades, eliminam-se interesses, estabelecem-se novos jogos de poder, cambiam-se os conteúdos da lembrança e do esquecimento, essa dupla determinante da memória eternamente atualizável, sempre formada pelos atores do presente, com base num repertório passado, com vistas a um futuro imaginado, desejado.

E aqui vale salientar a visão de Halbwachs de que a memória não tem passado, sobrevivendo enquanto seus personagens vivem ou se lembram. Ela até pode deixar vestígios da lembrança efetivada (marcos,

livros), mas, sem a operação que os ressignifique no presente – “entendido como uma certa duração que interessa à sociedade hoje” (p. 84) –, mesmo esses vestígios se ofuscam.

Sobre esse dinamismo que é datado e interessado, Pollak (1989, p. 9) afirma que memória é um processo contínuo de lembrar e esquecer, envolvendo essencialmente jogos de interesse. A memória coletiva organizada é um campo de disputa em que se buscam definir e reforçar sentimentos de pertença, territorialidades, peculiaridades, coesão. “Isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referência”, destaca o autor, ressaltando a pertinência de se falar em “memória enquadrada, um termo mais específico que memória coletiva”.

Ao salientar que as “memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento são certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade”, Pollak, em verdade, evidencia o esquecimento e o silêncio como elementos constitutivos determinantes da sociabilidade.

O não dito, por interditado, indizível, proibido ou vergonhoso, política ou culturalmente estabelecido como método de sobrevivência de grupos ou

etnias ou por estratégia de dominação por parte do poder hegemônico, tem a mesma relevância do que é dito nos processos de memória coletiva, ou de enquadramento de memória.

E por que a memória é importante? Importa pelo fato de ela ser a principal referência para a constituição de nossa identidade. Entendendo-se identidade como o autoconhecimento e a diferenciação em relação ao outro, a memória é o que nos dá elementos para nos conhecermos e demarcarmos nossas peculiaridades no mundo, individual e coletivamente.

Identidade é memória em ato. “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”, afirma Jacques Le Goff (1992, p. 47).

Ademais, segundo Le Goff (1992, p. 47), “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”.

Ou seja, a memória é o passado que se faz presente na inspiração do futuro, quaisquer que sejam os

descaminhos e caminhos que se sigam. A memória é o agente privilegiado da experiência do tempo, ou seja, da temporalidade que organiza o existir.

A se seguir Santo Agostinho (2011, p. 274), nas “Confissões” – “o que agora transparece é que nem há tempos futuros nem pretéritos. Mas talvez fosse próprio dizer que os tempos são três: presente das coisas passadas, presente das presentes, presente das futuras” –, a memória é o “lugar” em que habitamos na interseção tempo-espço.

Por exemplo, concomitantemente à pesquisa sobre o jornalismo, faz-se memória de Queimado neste livro, de modo a que pensemos nossa caminhada e repensemos o futuro que estamos a forjar no presente em terras capixabas, no Brasil.

E uma das estratégias de se formar e preservar a memória é exatamente a constituição do que se chama de “lugares de memória”, incluindo os livros. Segundo Pierre Nora (1993), os lugares de memória nascem da consciência de que não há memória espontânea e, na dialética do lembrar/esquecer, é preciso criar “arquivos”. E esses “arquivos”, com suporte material, funcional e/ou simbólico, são variados, de registros escritos a datas comemorativas, passando por celebrações e símbolos, até museus, bibliotecas, obras de arte.

Por exemplo, a principal referência acerca da história da revolta registrada em *Queimado* é mesmo um próprio “lugar de memória”. Trata-se do livro “Insurreição do *Queimado* – Episódio da História da Província do Espírito Santo”, que inspira este livro e suas reflexões.

Na abertura do livro, Afonso Cláudio (ROSA, 1979, p. 21) esclarece seu objetivo de constituir uma memória com vocação documental e potencialidade de perenidade, para além da fala das testemunhas:

Tentei nas páginas que se seguem reviver um dos episódios da história da província do Espírito Santo, antes que somente a tradição desse dele mais tarde uma ideia imperceptível. [...] Em geral os moços da geração que ameaça desaparecer, mesmo os de incontestável inteligência, fizeram da obscuridade um apanágio. Creio que isso teve um certo propósito.

Como já salientado, toda memória é um enquadramento de fatos vividos segundo o olhar de quem pensa e executa o constructo mnemônico. Afonso Cláudio mesmo já o admitia, seja pela dificuldade de encontrar fontes e documentos, seja mesmo pelo objetivo amplo de sua narrativa.

Acerca do método de trabalho para a construção de seu “lugar de memória” sobre a Insurreição, o autor escreve, diante da escassez documental:

Em tão difícil posição, tive de recorrer às narrações orais, às reminiscências de alguns que tiveram conhecimento mais ou menos perfeito dos detalhes da peleja; por demasiado esforço consegui obter de um dos chefes do motim a revelação de todo o plano de revolta dos escravos (ROSA, 1979, p. 22).

Sobre o olhar demarcado pelas possibilidades e objetivos do narrador e do seu tempo histórico, Afonso Cláudio confirma mesmo as ideias de Pollak acerca dos enquadramentos da memória: “A necessidade de enquadrar em uma efeméride todo o acontecimento fez com que o presente cidadão não aproveitasse os principais detalhes” (ROSA, 1979, p. 23).

Graças a seu veio republicano e antiescravagista, além do seu engenho intelectual, Afonso Cláudio nos legou um “lugar de memória” crucial para entender e não esquecer Queimado, uma insurreição em nome de um sonho de liberdade e da emancipação humana.

Assim, tanto à época de Afonso Cláudio, com seu “Insurreição do Queimado – Episódio da História

da Província do Espírito Santo”, como neste presente, com esta publicação, dialoga-se com Le Goff, há pouco citado: “Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”. Sempre!

**REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS**



ABIB, Lara. Imprensa republicana. In: MARTINUZZO, José Antonio (Org.). *Quase 200 – A imprensa na história capixaba*. Vitória: Imprensa Oficial, 2008.

ALMEIDA, Renata Hermanny de. *Patrimônio cultural do Espírito Santo – Arquitetura*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura, 2009.

AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

BELO, Eduardo. *Livro-reportagem*. São Paulo: Contexto, 2006.

BITTENCOURT, Gabriel. A propaganda republicana. In: BRITTES, Juçara. *Aspectos históricos da imprensa capixaba*. Vitória: Edufes, 2010.

—. *Historiografia capixaba e imprensa no Espírito Santo*. Vitória: Edit, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

CÂMARA, Raphael. *A verdade dos processos*. Vitória: GSA, 2021.

GONTIJO, Silvana. *O livro de ouro da comunicação*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1992.

LIMA, Edvaldo Pereira. *Páginas ampliadas*. Barueri, São Paulo: Manole, 2004.

MACIEL, Cleber. *Negros no Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

MELLO, Judith Freitas de Almeida. *Afonso Cláudio: Ensaio biográfico*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1959.

NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.

—. Entre memória e história – a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. *Projeto História*. São Paulo, v. 10, dez. 1993.

OLIVEIRA, Francisco de. BRASIL. In: SADER, Emir & JINKINGS, Ivana (Orgs.). *Latinoamericana: Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. In: *Estudos Históricos*, 5 (10). Cpdoc/FGV. Rio de Janeiro, 1992.

—. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos históricos*, 2 (3). Cpdoc/FGV: Rio de Janeiro, 1989.

RIBEIRO, Francisco Aurelio. *Afonso Cláudio*. Vitória: Pro Texto, 2007.

ROSA, Afonso Cláudio de Freitas. *Insurreição do Queimado: Episódio da história da província do Espírito Santo*. Vitória: Editora da Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1979.

—. *História da propaganda republicana no Estado do Espírito Santo*. Vitória: Gráfica Espírito Santo, 2002.

SANTOS NEVES, Luiz Guilherme. *Queimado – A insurreição que virou mito*. Vitória: Cultural & Edições Tertúlia, 2012.

SODRÉ, Muniz. *A narração do fato*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SCHAYDER, José Pontes. *História do Espírito Santo: Uma abordagem didática e atualizada*. Campinas, SP: Companhia da Escola, 2002.

VIEIRA, José Eugênio. *Afonso Cláudio – Cronologia de sua história política, administrativa e cultural 1850-2009*. Vitória: GSA, 2009.

ZANANDREA, Andressa & FRIZZERA, Luciano. Os primórdios da imprensa no Espírito Santo. In: MARTINUZZO, José Antonio (Org.). *Impressões capixabas – 165 anos de jornalismo no Espírito Santo*. Vitória: DIO, 2005.

